

CINEMA BRASILEIRO NA ESCOLA: UM DESAFIO EM MEIO À PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ

Daniele Rosa Ferreira ¹
Ana Luiza Rushel Nunes ²

RESUMO

O artigo aborda a problemática sobre o uso do cinema brasileiro na educação básica pública paranaense, um contexto marcado pela plataformização do ensino. A escola pública, espaço de luta e resistência, carece de práticas emancipadoras que promovam o desenvolvimento crítico e consciente dos sujeitos enquanto dialoga com suas realidades sociais. Nesse cenário, o cinema brasileiro surge como arte engajada, multifacetada e potente, ao refletir as complexidades sociais, culturais e políticas do país. Alicerçados na Lei nº 13.006/2014, que determina a exibição de filmes nacionais nas escolas, reforçamos a importância do cinema brasileiro na educação básica. No entanto, o que desponta no Paraná é a massiva plataformização do ensino, caracterizada pela priorização atividades mecanizadas e repetitivas, que reduz o processo de ensino e aprendizagem ao exercício passivo e acrítico de acessar plataformas digitais para fazer o que se pede. Para combater esse tipo de educação bancária, apresentamos o cinema brasileiro como conhecimento e arte que, aliado a metodologias críticas e humanizadoras, pode servir como contraponto à lógica mercadológica e necropolítica que domina o sistema educacional atual.

Palavras-chave: Cinema Brasileiro, Educação Escolar, Plataformização.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte da pesquisa³ sobre o cinema brasileiro na escola como um contraponto a lógica da educação bancária. Através da prática educativa dialógica e humanizadora, o cinema brasileiro na escola tem potencial para promover a emancipação dos estudantes.

O presente trabalho aborda a problemática do uso do cinema brasileiro na educação básica pública paranaense, inserido em um contexto marcado pela crescente plataformização do ensino. A escola pública, entendida como espaço de luta e resistência, enfrenta desafios

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação- PPGE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG-PR, drf19081979@gmail.com

² Professora orientadora: Dra Ana Luiza Rushel Nunes, Programa de Pós Graduação em Educação- PPGE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG-PR, analuizarushel@gmail.com

³ Este artigo é parte do projeto de pesquisa do Doutorado em Educação, que está em andamento dentro do Programa de Pós Graduação em Educação- PPGE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG-PR.



para implementar práticas educativas que promovam o desenvolvimento crítico e consciente dos estudantes, em diálogo com suas realidades sociais.

Nesse cenário, o cinema brasileiro emerge como arte engajada, multifacetada e potente, capaz de refletir as complexidades sociais, culturais e políticas do país. A Lei nº 13.006/2014, que determina a exibição de filmes nacionais nas escolas, reforça a importância do cinema para educação básica. No entanto, no Paraná, observa-se a predominância de um modelo de ensino plataformizado, caracterizado por atividades mecanizadas e repetitivas, que reduzem o processo de aprendizagem a uma experiência passiva e acrítica.

Por meio da pesquisa bibliográfica, com análise de fontes teóricas, documentais buscamos refletir sobre as contribuições do cinema brasileiro para a formação crítica e consciente dos estudantes; discutir os desafios impostos pela plataformização do ensino no contexto paranaense; e propor práticas educativas libertadoras que integrem o cinema como elemento transformador do processo educativo.

A fundamentação teórica baseou-se nas contribuições de Paulo Freire (1979, 2022), cuja perspectiva libertadora orientou a reflexão sobre a prática educativa. Além disso, foram articuladas as contribuições de autores como Xavier (2006), Duarte (2009), Fresquet e Migliorin (2015), que discutem o cinema brasileiro na escola e a aplicação da Lei nº 13.006/2014.

A pesquisa também contemplou reflexões sobre as políticas de opressão que sustentam a plataformização do ensino público no Paraná, bem como a revisão de teses e dissertações que abordam práticas educativas emancipadoras e o potencial transformador do cinema brasileiro. A análise dos dados foi conduzida sob uma perspectiva libertadora, destacando o cinema brasileiro como arte engajada, que abre possibilidades para o pensamento crítico, a reflexão sobre questões sociais e a humanização do processo educativo.

A pesquisa evidenciou que a plataformização do ensino, marcada pela mecanização e pela passividade no acesso ao conhecimento, tem impactado o processo educativo paranaense e representa um desafio na prática docente. Nesse contexto, a prática dialógica com o cinema brasileiro na escola, surge como uma alternativa viável e transformadora, como possibilidade para promover a conscientização, a criticidade e a emancipação dos estudantes.

Em síntese, este trabalho reforça a relevância do cinema brasileiro como arte e conhecimento, que desenvolvida por meio de práticas educativa dialógicas amplia as possibilidades de enfrentamento às práticas opressivas presentes no sistema educacional paranaense atualmente.



Conclui-se que a integração do cinema na educação básica, aliada a metodologias críticas e humanizadoras, pode contribuir para a construção de uma prática educativa mais plural, contextualizada e transformadora, em um cenário marcado por desafios estruturais e pela urgência de promover a emancipação dos sujeitos.

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa foi qualitativa e o caminho metodológico escolhido foi o delineamento teórico-bibliográfico, com a análise de fontes teóricas, documentais e críticas ao cinema brasileiro na educação básica, dimensionando a ênfase no contexto da escola pública da rede estadual paranaense.

A análise teórica e crítica da perspectiva libertadora em Paulo Freire (1979, 2022) foi o primeiro passo para a reflexão dos diferentes aspectos e dimensões que contribui para a construção de um conhecimento mais plural e contextualizado sobre a prática educativa.

Seguindo nessa trajetória foi realizada a articulação com as contribuições de autores, como: Xavier (2006), Duarte (2009), Fresquet e Migliorin (2015), que possuem um arcabouço teórico de pesquisas sobre o cinema brasileiro na escola e sobre a Lei nº 13.006/2014 que determina a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais nas escolas.

A investigação ainda contemplou reflexões sobre as políticas de opressão que sustentam a platformização do ensino público no Paraná, bem como a revisão bibliográfica de teses e dissertações que discutem práticas educativas emancipadoras e o potencial transformador do cinema.

A análise dos materiais foi conduzida sob uma perspectiva pedagógica libertadora, destacando o cinema brasileiro como arte capaz de fomentar o pensamento crítico, a reflexão no engajamento sobre questões sociais e a humanização do processo educativo. A pesquisa também levou em consideração os desafios impostos pela platformização do ensino, marcada pela mecanização e pela passividade no acesso ao conhecimento, propondo o cinema como uma alternativa a essa lógica.

A metodologia envolveu a organização e sistematização das informações coletadas, reforçando a relevância da prática educativa libertadora com o cinema brasileiro na educação básica. Uma abordagem transformadora em um cenário marcado por desigualdades e pela urgência de práticas educativas que promovam e conscientizem, a criticidade e a emancipação dos estudantes.



REFERENCIAL TEÓRICO

A educação paranaense enfrenta desafios estruturais que limitam sua capacidade de formar sujeitos críticos e autônomos, especialmente frente as tecnologias e à crescente plataformização do ensino que impacta a promoção de prática educativa humanizadora e emancipatória, que embora a criatividade do professor quando as aulas vem prontas através de slides e esgotada pelo número de aplicativos a que o professor(a) está submetido(a). Nesse contexto, o cinema brasileiro emerge como arte engajada que pode transformar essa realidade opressora.

O cinema brasileiro é caracterizado por narrativas não lineares e experimentações estilísticas que estimulam o espectador a refletir sobre a diversidade cultural e as desigualdades sociais do país. A linguagem cinematográfica rompe com estereótipos e representações hegemônicas, muito comuns na grande mídia, tornando-se um meio de discussão e problematização da realidade. (Xavier, 2006)

O cinema brasileiro na escola é arte e conhecimento potente e deve ser desenvolvido de forma transformadora, fomentando o pensamento crítico e a conscientização dos sujeitos. Além de entretenimento, a obra cinematográfica brasileira no processo educativo pode despertar nos estudantes a capacidade de questionar, analisar e intervir em suas realidades, contribuindo para a formação de sujeitos mais engajados socialmente. (Fresquet; Migliorin, 2015)

O cinema já está presente na escola há mais de um século. No Brasil, sua trajetória histórica segue em meio a avanços e retrocessos, mesmo incorporado aos organismos legais continua sem os devidos encaminhamentos que realmente valorize o potencial da linguagem audiovisual. (Fresquet; Migliorin, 2015)

Em julho de 2014 foi promulgada a Lei Federal nº 13.006/2014 que tornou obrigatória a exibição mensal de 2 horas filmes nacionais na educação básica, como atividade extracurricular. (Brasil, 2014) No entanto, apesar da obrigatoriedade legal, ainda existe uma grande lacuna entre a teoria e a prática.



A falha na Lei n.º 13.006/2014, também chamada Lei do Cinema, começa pelo fato de, embora tenha sido promulgada há mais de oito anos, ainda não foi regulamentada⁴. A regulamentação é fundamental para que a execução da lei seja efetiva na escola, visto que determinará os detalhes de como a lei aprovada e promulgada será aplicada. (Fresquet; Migliorin, 2015)

Em termos práticos, a Lei do Cinema não trouxe nenhum avanço para o cinema na escola. Por não apresentar diretrizes para a exibição de duas horas mensais de filmes nacionais na escola, reforça a forma genérica que o cinema vem sendo utilizado na escola, sendo tratado como um mero recurso sem evidenciar as inúmeras possibilidades dessa prática educativa. (Duarte, 2009)

Embora a Lei Federal n.º 13.006/2014 seja uma iniciativa, é fundamental que seja efetiva a sua implementação e que aconteça em base sólida, para que a lei não fique apenas no papel. Desafios como a falta de infraestrutura adequada, a carência de formação docente para trabalhar com o cinema de maneira crítica e reflexiva e a predominância de um modelo educacional que prioriza atividades mecanizadas e padronizadas, em detrimento de práticas mais humanizadoras e emancipatórias com o cinema brasileiro na escola. (Ferreira, 2024)

Isso exige não apenas um esforço contínuo para a implementação das diretrizes da lei, mas também uma transformação mais profunda nas práticas pedagógicas que possam, de fato, promover uma educação crítica e emancipatória na escola pública. Cada vez mais enfraquecida, a escola pública resiste e segue atrelada a um sistema educacional sustentado pela indústria cultural (Adorno, 1994) e fortemente influenciada pela lógica mercantilista e pragmática impostas pelo capitalismo.

O que na indústria cultural se apresenta como um progresso, o insistentemente novo que ela oferece, permanece, em todos os seus ramos, a mudança de indumentária de um sempre semelhante; em toda parte a mudança encobre um esqueleto no qual houve tão poucas mudanças na própria motivação do lucro desde que ela ganhou ascendência sobre a cultura. (ADORNO, 1994, p. 94)

Essa conjuntura afeta a escola pública de forma avassaladora e no Paraná contracena com, e reforço, a plataformização do ensino que tem reduzido a prática pedagógica, a mera execução de atividades padronizadas, repetitivas e mecanizadas, mantendo estudantes e professores em um cenário de vulnerabilidades e incerteza. Essa realidade opressora atinge os

⁴ Regulamentar uma lei é importante para incorporar à obrigação, elementos não extraíveis automaticamente do texto da lei. Ao tramitar uma lei cabe ao Legislativo implementá-la com referidas normas como outorga expressamente a Constituição, contudo a aplicação da lei cabe ao Poder Executivo para expedir decretos e regulamentos, explicita que suas emissões destinam-se à execução plena das leis (Mello, 2016)



“esfarrapados do mundo” e os mantém reféns de um sistema que prioriza interesses alheios à dignidade humana e à justiça social. (Freire, 2022)

Em meio ao contexto atual, permeado por crises sociais, ambientais e econômicas, avanços tecnológicos e globalização, a escola pública estadual paranaense se vê refém de suas próprias conquistas. A expansão desenfreada do uso de plataforma digitais tem gerado graves consequências que se configuram um cenário de insegurança dos docentes e riscos aos sujeitos do espaço escolar.

Como um espectro da necropolítica⁵ se estende sobre aqueles que são marginalizados e privados dos direitos mais básicos, deixando-os à mercê de forças que desvalorizam suas vidas, e a plataformização do ensino perpetua a desigualdade, na escola pública do Paraná.

A adoção de estratégias metodológicas inovadoras, como a prática educativa dialógica com o cinema brasileiro, pode ser uma forma de resistência a essa tendência. Ao promover uma educação verdadeiramente humanizadora é possível romper com a lógica tecnicista. (Ferreira, 2024)

Sendo necessário transformar essa realidade é importante integrar o cinema brasileiro a formação continuada dos professores e professoras do estado do Paraná, visto que pode ser um contraponto à reprodução de conteúdo alienantes e mecanizados, por oferecer possibilidades transformadoras ao processo de ensino e aprendizagem. (Ferreira, 2024)

Essa abordagem alinha-se às propostas de uma educação libertadora que aliada a arte engajada do cinema brasileiro pode romper com a lógica opressora da educação bancária que vem se estabelecendo através da plataformização. (Ferreira, 2024)

O pensamento de Paulo Freire (1979, 1996, 2022) oferece subsídios teóricos essenciais para essa abordagem, ao enfatizar a dialogicidade como princípio e método fundamental da educação libertadora. Para Freire, a educação deve ser um processo dialógico, no qual estudantes e educadores constroem conhecimento de forma colaborativa e crítica.

O diálogo é o encontro entre os homens¹³, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (Freire, 1979, p. 42, grifo próprio).

⁵ Isso explica a crescente posição anti-humanista que agora anda de mãos dadas com um desprezo geral pela democracia. [...] Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres, uma guerra religiosa contra os muçulmanos, uma guerra contra os deficientes (Mbembe, 2017, p. 5-6).



Quando o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve por meio do diálogo reverbera o “esperançar”, como combustível para ativar o compromisso constante por uma prática educativa que privilegie a participação ativa dos estudantes, a conscientização do sujeitos e a transformação da realidade. (Freire, 2022)

Na busca pela emancipação e de uma educação verdadeiramente libertadora, a inserção do cinema brasileiro à prática educativas dialógicas pode ser uma estratégia eficaz para promover a reflexão da realidade, permitindo aos estudantes que compreendam as contradições sociais que os cercam. A dialogicidade em Paulo Freire (2022), em consonância com o cinema brasileiro, é uma possibilidade emancipadora que pode ser desenvolvida na educação básica.

Em um encontro de diferentes culturas, o cinema brasileiro oferece um terreno fértil para o diálogo, no qual diversas visões de mundo e experiências de vida se entrelaçam e se manifestam de forma dramática e comovente. Na intensidade das emoções e experiências culturais vividas pelos personagens, as obras cinematográficas brasileiras vão revelando as mazelas sociais que assolam o país, seja pela abordagem das questões sociais, como pobreza, desigualdade social, violência urbana e corrupção, como pela apreciação e o entendimento das diversas culturas e identidades presentes no Brasil. (Xavier, 2006)

Como evidenciado por Xavier (2008), o cinema brasileiro possui uma história significativa de luta e transformação. Desde os seus primeiros anos, o cinema brasileiro tem servido como uma poderosa ferramenta de conscientização, com o objetivo de emancipar o povo e transformar realidades opressoras. O Cinema Novo, liderado por Glauber Rocha, foi um marco nessa trajetória, abordando questões sociais e políticas de maneira contundente e reflexiva. Filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967) foram criados para retratar a desigualdade social, a opressão política e a busca por liberdade e justiça, contribuindo para uma formação crítica da sociedade.

O cinema brasileiro, ao analisar as estruturas de poder e expor as injustiças sociais, revela as contradições e problemas do ‘status quo’. Por meio de denúncias, contribui para a compreensão das causas e consequências das desigualdades sociais e econômicas. (Xavier, 2006)

Ao estimular o diálogo crítico, a arte e a linguagem cinematográfica brasileira incentiva os espectadores a se apropriarem dos saberes do cinema e a questionarem a realidade e buscarem soluções para os problemas sociais retratados, principalmente se esses problemas também fazem parte de suas vivências. (Duarte, 2009)



Quando a prática educativa com o cinema na escola, esta é dialógica, e nesta direção abrem se diferentes possibilidades para que os estudantes tenham espaço de voz para denúncias, para abordagem das vulnerabilidades sociais que os atingem, potencializando o desenvolvimento do pensamento crítico e a conscientização. (Freire, 2022)

Ao oportunizar um espaço de reflexão e dialogicidade com o cinema brasileiro na escola é possível oferecer ao estudante possibilidades de luta contra a ascensão em nossa sociedade, dessa postura cada vez mais desprovida de humanidade, que se estabelece no menosprezo da vida, pelas injustas e desiguais sociais. (Freire, 2022)

Seguindo os princípios da dialogicidade em Freire (2022), essa prática educativa com o cinema na escola pode despertar emoções e percepções, ajudando os estudantes a compreender o mundo ao seu redor, a reafirmar sua humanidade e transformar sua realidade.

A integração da dialogicidade em Paulo Freire é essencial para potencializar o processo de luta e resistência contra a plataforma do ensino, garantindo que o cinema brasileiro seja reconhecido por suas potencialidades educativas. Ele deve ser utilizado nas escolas não como mero recurso ilustrativo, mas como uma arte engajada na transformação da realidade, contribuindo para a humanização da escola pública e fortalecendo a formação cidadã, especialmente no contexto da educação pública paranaense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cinema, enquanto arte, oportuniza uma experiência sensível de conscientização humanizadora, que pode provocar questionamentos, reflexões e debates sobre o mundo em que vivemos. Trata-se de um processo de curiosidade epistemológica, ou seja, uma disposição para buscar e questionar o conhecimento. O espectador se torna ativo no processo de compreensão do mundo retratado no filme. Existe uma reflexão do homem face à realidade.

O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isto é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada, conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade). Porque quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (Freire, 1979, p.16).

Como na leitura da palavra, em que a curiosidade epistemológica impulsiona a busca por novos conhecimentos e a formação de uma consciência crítica, no cinema a curiosidade



epistemológica leva o espectador a buscar diferentes perspectivas, a questionar as mensagens transmitidas e a desenvolver um pensamento reflexivo.

Contudo o cenário educacional paranaense não tem sido capaz de utilizar as potencialidades do cinema em seu processo de ensino e aprendizagem. Há pouco espaço para o cinema brasileiro nas escolas públicas estaduais paranaense, a quantidade de plataformas e as metas de aplicação impedem que professoras e professores incorporem os filmes nacionais em suas aulas. Especialmente no que tange ao desenvolvimento de práticas educativas dialógicas com o cinema brasileiro como possibilidade para reflexão e conscientização crítica.

Nesse cenário se faz cada vez mais necessário que a prática educativa com o cinema brasileiro na escola fosse dialógica, estimulando a reflexão crítica, a conscientização dos estudantes, como possibilidade de ser mais e de participar efetivamente da transformação da realidade, como confiança e esperança em tornar a sociedade mais justa e igualitária. (Freire, 2022)

Para entender um pouco do que tem sido desenvolvido com o cinema brasileiro na escola foi realizado a revisão de literatura para identificação das pesquisas que retratam a prática educativa com o cinema brasileiro na escola. Como o intuito aqui é apresentar parte da pesquisa, selecionamos 4 pesquisas para apresentação da análise realizada no processo de pesquisa.

A pesquisa de Barbosa (2022) demonstra que o cinema é uma importante na escola, especialmente no que se refere à dimensão estética, ética e política do ensino. Santos (2022), por sua vez, aponta que o cinema estimula a formação cidadã dos alunos, promovendo reflexões profundas sobre as questões sociais. Silva (2019) destaca sua relevância no desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes. Essas pesquisas revelam o potencial do cinema brasileiro na escola, porém sua aplicação efetiva nas escolas é uma realidade distante.

A pesquisa de Reina (2022) oferece uma evidência importante sobre a relevância do cinema na formação dos estudantes. Ao analisar os filmes de Glauber Rocha com estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Paraná, a prática do cineclube é uma possibilidade poderosa para ampliar a compreensão da complexidade política do Brasil, ao mesmo tempo em que fomenta o diálogo crítico entre os estudantes

Nas pesquisas analisadas fica claro como o cinema brasileiro tem potencialidades e possibilidades. Ao assistir um filme nacional os estudantes podem se identificar em situações vividas pelos personagens, levando-os a questionarem as estruturas de poder e refletirem sobre a necessidade de transformação social.



A prática educativa dialógica com o cinema brasileiro na escola emerge como uma possibilidade potente para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Frente à complexidade do momento atual, marcado pela plataformização do ensino e pela crescente desvalorização do pensamento crítico na escola pública, o cinema brasileiro pode promover a reflexão e emancipação. Ao ser impulsionado a tomar consciência das condições sociais e políticas que os cercam o estudante pode dialogar com seus pares, por meio de uma reflexão crítica sobre a realidade, tomando consciência de si do outro e do mundo a sua volta pode fomentar a transformação da realidade.

Portanto, os dados e estudos apresentados indicam que, embora o cinema brasileiro tenha um grande potencial educativo e transformador, sua integração eficaz no currículo escolar ainda enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada, a formação docente insuficiente e a resistência ao uso de abordagens inovadoras na educação são obstáculos que precisam ser superados para que o cinema, especialmente o brasileiro, possa cumprir seu papel de promover conhecimento e leituras críticas com professores, visando uma educação emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a presente pesquisa busca contribuir para a formação de professoras e professores que reconheçam o cinema brasileiro como uma ferramenta pedagógica capaz de estimular a reflexão crítica e a emancipação dos sujeitos. Ao desafiar as convenções estabelecidas e representar de forma autêntica as complexidades da sociedade brasileira, o cinema nacional não apenas enriquece o panorama cultural do país, mas também desempenha um papel crucial na análise crítica e reflexiva da realidade que nos cerca. Ele se apresenta como um meio potente para fomentar o diálogo, a conscientização e a transformação social, alinhando-se aos princípios de uma educação libertadora e humanizadora.

Nesse sentido, o cinema brasileiro emerge como uma possibilidade concreta de esperar, no sentido freireano, uma sociedade mais justa e igualitária. Ao integrar o cinema na educação básica, especialmente em um contexto marcado pela plataformização do ensino e pela mecanização das práticas educativas, é possível ressignificar o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, crítico e engajado com as realidades dos estudantes. Para isso, é essencial superar os desafios estruturais, como a falta de políticas públicas consistentes e a carência de formação docente, que ainda limitam o pleno



aproveitamento do cinema como conhecimento cultural e social e igualmente como recurso pedagógico.

Portanto, esta pesquisa reforça a importância de se investir em práticas educativas que valorizem o cinema brasileiro não apenas como entretenimento, mas como arte e conhecimento, capazes de promover a criticidade, a criatividade e a emancipação dos sujeitos. Acreditamos que o Cinema em como fenômeno socio-histórico abrange desde o cinema hollywoodiano até o cinema negro e cinema novo, e neste sentido revolucionário (Nunes *et al*, 2021) Ao fazer isso, a escola pública pode se consolidar como um espaço de resistência e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e igualitária. O cinema é arte e conhecimento e no processo educativo é um aliado na luta por uma educação que liberte e humanize.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **A indústria cultural**. Sociologia. Gabriel Cohn (org.); Florestan Fernandes (coord.) São Paulo: Ática, 1994

BARBOSA, Patrícia da Silva. **Cinema e educação: um estudo de caso da experiência fílmica do prove em escolas estaduais de Juazeiro (BA)**. 2022. Dissertação. (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) - Universidade Do Estado Da Bahia, Juazeiro, 2022.

Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/366052718_CINEMA_E_EDUCACAO_UM_ESTUDO_DE_CASO_DA_EXPERIENCIA_FILMICA_DO_PROVE_EM_ESCOLAS_ESTADUAIS_DE_JUAZEIRO_BA_JUAZEIRO-BA>. Acesso em: 17 jun 2024

BRASIL, Congresso Nacional. Lei Federal nº 13.006. **Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica**. (Publicação Original). Diário Oficial da União: Brasília, DF., Seção1, P. 1. 26 jun de 2014. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>>. Acesso em 23 set. 2024.

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

FERREIRA, D. R. **A prática educativa com o cinema brasileiro na escola: análise de pesquisas a partir da Lei n.º 13006/2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/4258/1/Daniele%20Rosa%20Ferreira.pdf>> Acesso em 27 fev 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979



FRESQUET; Adriana; MIGLIORIN, Cezar. Cinema e Educação: a lei 13.006. **Reflexões, perspectivas e propostas**. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015. Disponível em: <https://www.redekinho.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf> Acesso em 27 mar. 2024

GOMES, L. S. **Cinema, Escola e Formação de Professores**: Produzindo um Olhar Sobre a Linguagem Audiovisual. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MBEMBE, Achille. **A era do humanismo está terminando**. Tradução: André Langer. Instituto Humanitas Unisinos. Eventos. Publicado em 24 jan 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando#:~:text=O%20principal%20choque%20da%20primeira,niilismo%20E2%80%9D%2C%20escreve%20Achille%20Mbembe.>> Acesso em 07 jun 2024.

MELLO, C. A. B. de. “Poder” regulamentar ante o Princípio da Legalidade. **Revista Trimestral de Direito Público – RTDP**, ano 8, n. 64, p. 145-152, jan./mar. 2016.

Nunes, A. L. R., Suarez, A. R., Ferreira, D. R., & Colman, D. T. Cinema, educação e Paulo Freire: o estado do conhecimento das teses e dissertações de 2016 a 2021. **Revista Extraprensa**, 15(1), 45-65. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.192467>. Acesso em: 28 jan 2025.

REINA, Alessandro. **O cinema novo como fator de educação filosófica por intermédio da prática cineclubista**. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: < <https://hdl.handle.net/1884/76474> >. Acesso em: 18 jun 2024.

SANTOS, José Alex Soares. **Cineclubismo extensionista?** cinema em três experiências de extensão universitária. Rio de Janeiro, 2022. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: < <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2022/tJose%20Alex%20Soares%20Santos.pdf> >. Acesso em: 18 jun 2024.

SILVA, Luiz Gustavo Verissimo E. **Educação científica dialógica**: contribuições do cinema nacional para a educação em ciências. 2019. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: < https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7823036 > .Acesso em: 19 jun 2024

XAVIER, Ismail. **Cinema Brasileiro Moderno**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006

